

A PRESENÇA VIRTUAL DO SAGRADO

ISABEL SOARES CAMPOS¹; FRANCISCO LUIZ PEREIRA NETO²

¹Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPel) 1 – isabelsoaresc@gmail.com 1

²Departamento de Antropologia e Arqueologia; Universidade Federal de Pelotas –
francisco.fneto@gmail.com 2

1. INTRODUÇÃO

Desde março deste ano o país começou a contabilizar o número de contaminados pelo novo coronavírus (COVID-19) e diante de um início de pandemia, o Ministério da Saúde recomendou algumas medidas preventivas com base nas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sendo assim, no mesmo mês, a Presidência da República publicou o Decreto nº10.282 que regulamentava a Lei nº 13.979 (de 06 de fevereiro de 2020) relativa aos serviços públicos e atividades essenciais, no qual não se incluiu as atividades religiosas como essenciais. No entanto, em razão do debate provocado por alguns líderes neopentecostais criticando a determinação de fechamento dos templos/igrejas, no dia 25 de março, o Presidente Jair Bolsonaro, publicou novo decreto (nº10.292) que incluiu no inciso XXXIX, a atuação religiosa de qualquer natureza como essencial desde que obedecidas as determinações do Ministério da Saúde. Contudo, no dia seguinte, a Justiça Federal do Rio de Janeiro suspendeu o decreto referente as atividades religiosas, compreendendo que as mesmas não são essenciais.

Da mesma forma, com o objetivo de evitar aglomerações e entendendo a não-essencialidade das atividades religiosas, outros estados e cidades também determinaram o fechamento dos locais de culto, posicionando-se contrários à decisão do último decreto presidencial. A partir de tais medidas, surgiu um intenso debate público protagonizado especialmente por pastores evangélicos que argumentaram fundamentando-se no livre exercício religioso contemplado pela Constituição Federal e a função assistencial das religiões, sobretudo, em tempos de angústia. Assim, em Pelotas¹ também foi determinado o fechamento de locais com atividades não-essenciais, incluindo-se os locais de cultos.

Conforme GIUMBELLI (2020), é justamente as novas formas de cuidado desenvolvidas pelas religiões no enfrentamento da pandemia que revela a religião como algo social. “Por essa razão, as tentativas das religiões de reimaginar os vínculos provocam um debate que coloca em jogo seu papel social. Cabe-nos acompanhar tanto as iniciativas de grupos religiosos, as atitudes de seus fiéis, mas também os debates que isso instiga na sociedade em geral”.

Deste modo, considerando a atual pesquisa de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPel), na qual analiso duas marchas religiosas de matrizes distintas que ocorrem na cidade de Pelotas (RS), sendo uma afrorreligiosa e outra pentecostal, optei por dar prosseguimento ao estudo acompanhando os atores religiosos organizadores de tais caminhadas no desdobramento de suas estratégias para manterem os vínculos com seus adeptos/fiéis após as restrições em relação aos espaços de culto. Diante da criação de estratégias para a manutenção do sagrado sem encontros presenciais, os atores religiosos apresentaram uma significativa utilização das ferramentas disponíveis na

¹ O primeiro decreto com a medidas restritivas foi o Decreto nº 6.249, de 17 de março de 2020.

internet. Vale destacar que nesse contexto pandêmico se potencializou o uso da internet, especialmente, para aproximar pessoas, ressignificar espaços de trabalho e também de educação.

Segundo LÉVY (2011), a virtualização é um estado de potência e de passagem do atual (solução de algo, inovação) para o virtual, que se encontra no campo da problemática. “A virtualização não é uma desrealização (a transformação da realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado” (LÉVY, 2011). Em relação a presença significativa de grupos religiosos se manifestando nesse espaço durante a pandemia, pondera-se o surgimento de um novo modo de fazer religião no virtual. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho expõe alguns resultados encontrados através de análise dos usos da virtualidade por dois atores religiosos, sendo estes os protagonistas das marchas religiosas em questão – as Marchas contra Intolerância Religiosa e a Marcha para Jesus.

2. METODOLOGIA

Para refletir sobre o novo modo de fazer religião no virtual neste contexto pandêmico, acompanhei as redes sociais de dois líderes religiosos, sendo um o umbandista e radialista Carlos Alberto², e outro sendo o Pastor Fabrício, atual presidente da Associação de Pastores de Pelotas (APPEL). Assim, mapeando as páginas pessoais de cada um através da plataforma Facebook obtive dados numéricos que me apresentaram resultados dessa interação por meio da internet e que me possibilitaram comparar a atuação e a performance dos líderes.

Nesse sentido, comprehendo a internet como geradora de interações sociais que permite “seguir as práticas e os atores sociais’ em suas performances, levando em conta não apenas a dimensão simbólica, mas também a dimensão material na qual o campo é definido durante a pesquisa” (POLIVANOV, 2013). A partir dessa perspectiva, utilizei-me da netnografia como mais uma ferramenta de suporte para dar andamento na pesquisa, possibilitando trazer elementos que nos sinalizem a relação dos atores religiosos com o sagrado neste contexto pandêmico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

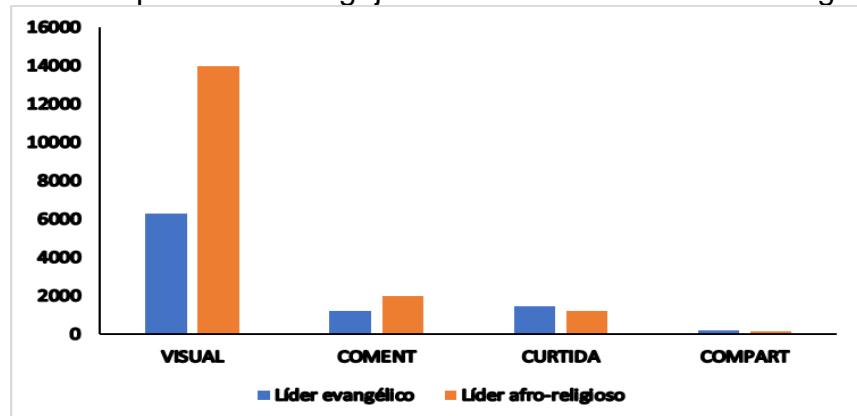
O principal organizador da marcha cristã, denominada Marcha para Jesus, é o Pastor Fabrício, o qual está na organização do evento desde 2015. E conforme sua página pessoal na plataforma *facebook*, as primeiras postagens sobre a situação pandêmica começaram no mês de março, no mesmo período em que o poder público local também decidiu fechar os templos/locales de culto. Desde então o pastor publica diversos vídeos com temáticas distintas, por alguns meses realizou quase que diariamente “transmissões ao vivo” sobre ensinamentos bíblicos, além de fazer “lives” aos domingos como “culto”, sendo que domingo é o dia oficial dos cultos de sua igreja. Além de possibilitar “cultos online” todos os domingos às 19h30min na sua página pessoal, o pastor ofereceu nas terças-feiras e quintas-feiras postagens de vídeos com conteúdo bíblico para seus fiéis.

² Cabe destacar que Carlos Alberto Pereira é integrante da entidade Amigos da Princesa do Sul e que participou de todas as manifestações públicas da comunidade afroreligiosa na cidade, incluindo na organização de todas as edições das Marchas contra Intolerância Religiosa.

Em relação ao umbandista e radialista Carlos Alberto, observei na sua página alguns vídeos referentes às transmissões de vários programas de rádio, incluindo o programa denominado “Filhos de Umbanda” que ocorre todas às quintas-feiras às 20 horas até às 23 horas. No entanto, a partir do dia 30 de abril, Carlos Alberto começou a fazer “transmissões ao vivo” do seu programa em terreiros. O primeiro a participar foi o Centro Espírita de Umbanda Ogum São Jorge, localizado no bairro Areal/Pelotas. Segundo consta nesta primeira postagem, o objetivo das “lives” era conversar sobre a umbanda.

Conforme RECUERO (2018), o que se revela importante nos estudos dos sites de redes sociais na Internet “é o modo como permitem a visibilidade e a articulação das redes sociais, a manutenção dos laços sociais estabelecidos no espaço *off-line*”. Acompanhando os líderes religiosos nas suas redes sociais, destaco primeiramente os números correspondentes às interações que ocorrem nas páginas de cada ator e que nos permitem comparar as suas atuações e performances. As visualizações das transmissões ao vivo na página do Pastor Fabrício não ultrapassaram o número de 400, enquanto que as ‘lives’ através da página no Facebook do Carlos Alberto Pereira extrapolam o número de 2 mil visualizações, bem como o número de curtidas e comentários que se aproximam de 100. Já as curtidas e os comentários não passam de 50 no perfil do pastor.

Gráfico comparativo do engajamento social entre líderes religiosos



Outra observação que foi possível de identificar através das “transmissões ao vivo” foi a performance corporal dos líderes religiosos. Enquanto que nas filmagens do pastor aparecia apenas seu tronco para cima, dando enfoque especialmente para sua face, e em algumas vezes aparecendo mais ao fundo da cena sua esposa, a Pastora Luciane com violão em mãos tocando e cantando, o umbandista Carlos Alberto apresentou uma performance distinta. Como o radialista começou a transmitir o programa nos próprios terreiros de umbanda, dispôs a câmera de forma que todos que estivessem presentes no terreiro aparecessem em cena. Inclusive, durante a transmissão ocorria a publicização de alguns rituais que ocorre comumente como a defumação e o toque de pontos da umbanda.

4. CONCLUSÕES

Pelotas é uma cidade que sofre impacto e influência significativa da cultura de matriz africana, principalmente no que corresponde a religiosidade, de tal modo que a cidade contempla um grande número de casas de religiões afro-brasileiras do RS,

as quais se dividem em umbanda, quimbanda e batuque (ORO, 2002). Segundo pesquisa desenvolvida sobre impasses para a realização da Festa de Iemanjá em Pelotas nos anos de 2014 e 2015, CAMPOS (2015) ao entrevistar presidentes de entidades afrorreligiosas identificou um número aproximado de 2 mil terreiros em atividade no município. No entanto, quando ocorrem manifestações públicas da comunidade no espaço público pelotense essa expressividade não ocupa as ruas. Apesar das duas últimas edições das Marchas contra Intolerância Religiosa (2018 e 2019) apresentarem um aumento significativo, aproximando-se de 200 participantes, a Marcha para Jesus, nestes mesmos anos, contou com cerca de 5 mil fiéis.

Portanto, se nas ruas de Pelotas, a Marcha para Jesus obtém um número maior de participantes em relação às Marchas contra Intolerância Religiosa, no espaço virtual isso se inverteu. Assim, comparando a atuação dos dois atores religiosos foi possível identificar um intenso engajamento nas redes sociais por parte da comunidade afrorreligiosa pelotense, que nos permitiu refletir sobre a própria potência do uso do espaço virtual. Se considerarmos que os adeptos das religiões afro-brasileiras em razão do forte impacto provocado por ações de intolerância religiosa se sentem mais vulneráveis no espaço público e por isso optam por se manifestar de forma mais acentuada na internet, esse espaço virtual pode-se configurar para além de um palco de aparecimento, um lugar de ação política (BUTLER, 2018). Segundo MONTERO (2018), quando a experiência do sagrado é expressada publicamente (inclusive na virtualização), seja por meio discursivos ou performáticos, há uma “força de persuasão para o ativismo político”, a qual faz emergir o que no cenário público brasileiro se comprehende por religioso.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 1º ed.
- CAMPOS, I. S. **Os Prazeres do Balneário, sob as bênçãos de Yemanjá: Religiões Afro-brasileiras e espaço público em Pelotas (RS)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas.
- GIUMBELLI, E. Religiões em tempo de pandemia. **Boletim Ciências Sociais e o coronavírus**, nº 33, p.3-7, 2020.
- LÉVY, P. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 2011. 2º ed.
- MONTERO, P. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 24, nº 52, p. 131-164, 2018.
- ORO, A. P. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, nº 2, p. 345-384, 2002.
- POLIVANOV, B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, ano 2, nº 3, p. 61-71, 2013.
- RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2018. 2º ed.